AWA DE!: A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL[1]

Benedita Marques Borges[2]

RESUMO: Este artigo trata da experiência de formação continuada de professores sobre a questão racial, materializada no Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!. Resultado da dissertação de mestrado inserido no âmbito da Linha de Pesquisa "Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente", do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação - da Universidade Católica Dom Bosco/UCDB. Utilizou-se, como estratégia metodológica, a análise de um conjunto de documentos oficiais acerca da política de educação em promoção da igualdade racial do governo federal, assim como do governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, foram realizadas entrevistas, baseadas em um roteiro de questões abertas, com os seguintes sujeitos das duas escolas de Campo Grande: Diretor (a), Coordenador (a) Pedagógico (a) e um (a) Professor (a). Os resultados mostram que ambas as escolas desenvolveram projetos relacionados à temática étnico-racial, porém, não a incorporaram de forma sistemática, de modo a inseri-la no Projeto Pedagógico. Mostram, ainda, que o racismo, assim como o preconceito e a discriminação, estão presentes no cotidiano das escolas. Além disso, apontam que o trabalho voltado à questão racial, revelou-se uma experiência "tímida" de formação continuada de professores, pois o governo, de fato, não a assumiu, oferecendo o Curso a um número pequeno de escolas estaduais, apenas em seis municípios.

Palavras-Chave: Política Pública Educacional; Formação Continuada; Diversidade Étnico-Racial.

[1] Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, sob orientação da Profª Drª Regina Tereza Cestari de Oliveira em 2008.
[2] Mestre em Educação, Universidade Católica Dom Bosco/UCDB.

Introdução

Este artigo trata da experiência de formação continuada de professores sobre a questão racial de Mato Grosso do Sul – MS. Um dos grandes desafios da atual conjuntura educacional brasileira é a temática da diversidade étnico-racial e, nesse contexto, o debate referente às políticas públicas de educação envolvendo as questões raciais no âmbito das políticas públicas sociais. Ao pesquisar sobre essa temática, acredito que um dos pontos-chave para análise seja o da formação inicial e continuada dos docentes, voltada à questão racial, para que desenvolvam a sua prática pedagógica contemplando as diferenças do ser humano e as desigualdades sociais.

O interesse pela temática relacionada à diversidade étnico-racial deve-se à minha experiência profissional como Professora (desde 1989) e Orientadora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS (desde 1996), quando presenciei e vivenciei situações em sala de aula envolvendo preconceito, racismo e discriminação racial. Deve-se também à minha militância no Movimento Negro, no Grupo de Trabalho Estudo Zumbi/TEZ, desde o ano de 1985 e devido ao preconceito racial que sofri principalmente, na minha infância.

A delimitação da pesquisa no entretempo de 1999 a 2006 justifica-se pelo fato de que, neste período, a Secretaria de Estado de Educação de MS/Superintendência de Políticas de Educação por meio da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação criou o setor da "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial", cujo trabalho priorizou a formação de professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, em efetivo exercício em sala de aula voltadas ao atendimento de pessoas com necessidades educativas e especiais, e das que vivem no campo e do campo, incluindo os ribeirinhos, os que moram na margem dos rios, aos que não sabem ler e escrever, os indígenas e aos quilombolas[3].

Das 86 escolas estaduais localizadas em Campo Grande/MS, duas receberam o Curso de Capacitação de Educadores - AWA DE!. Isso ocorreu após solicitação dos diretores para que fosse realizado um trabalho sobre diversidade étnico-racial com os professores. Como essas escolas foram as únicas contempladas com o Curso em Campo Grande, ambas foram selecionadas para serem objetos de estudo no trabalho de dissertação.

A primeira escola será, denominada de Escola **A,** está situada no Bairro São Francisco, na Vila São Benedito[4], foi fundada em 21/12/1998, por meio do Decreto Estadual nº 9285, e integrada à Escola Imaculada Conceição. A segunda, denominada de Escola **B,** está localizada no

[3] Quilombolas vivem em comunidades remanescentes de quilombos, lugar em que os negros, na condição de escravos, se escondiam quando fugiam do trabalho obrigatório e dos maus tratos impostos pelos brancos. Não aceitavam o fato de não serem valorizados como pessoas e não perceberem remuneração salarial.

[4] A Comunidade Negra da Igrejinha de São Benedito está localizada há aproximadamente 7 Km do centro de Campo Grande. O local, que abriga umas 60 casas, é reduto de descendentes de Eva Maria de Jesus, mais conhecida como Tia Eva, uma ex-escrava que veio de Mineiros – GO e fundou a comunidade em 1919 (MORAES, 2003).

Bairro Universitário e sua criação ocorreu em 5 de agosto de 1980. Ambas as escolas estão localizadas em área urbana, porém, em bairros afastados do centro da cidade. Na Escola **A** o Curso ocorreu nos anos de 2000, 2001e 2002; na Escola **B,** no entretempo de 2003, 2004 e 2005.

Para o levantamento dos dados sobre os trabalhos desenvolvidos nas Escolas **A** e **B,** tendo em vista a questão racial, foram realizadas entrevistas, com base em um roteiro de questões abertas, com os sujeitos que participaram do Curso de Capacitação AWA DE! Foram eles: os Diretores, os Coordenadores e os Professores (um de cada escola) das séries finais do Ensino Fundamental. Estes últimos foram escolhidos por serem os responsáveis pelo desenvolvimento de projetos relacionados à temática racial, além de serem os docentes que mais demonstraram interesse em dar continuidade aos trabalhos envolvendo a questão racial, após a sua participação no Curso oferecido pela SED/MS.

1. O Processo de Formação Continuada de Professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul na Temática Racial. O Curso de Capacitação de Educadores Awa De!

Neste item se explicita o processo de formação dos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, voltado à questão racial, no período 1999 a 2006. Enfatiza a experiência do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação/Superintendência de Políticas de Educação/Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, sendo este último responsável pela operacionalização.

1.1 A Constituinte Escolar de Mato Grosso do Sul e a Formação Continuada de professores da Rede Estadual de Ensino sobre a questão racial

Nesta seção descrevo parte da construção do Projeto "Escola Guaicuru[5] – vivendo uma nova lição" que, por meio da Constituinte Escolar, possibilitou a Mato Grosso do Sul iniciar trabalhos voltados à questão racial, em especial, no que diz respeito à formação de docentes com o foco na temática da diversidade étnico-racial. O Projeto Guaicuru teve como principal objetivo à elaboração do Plano Estadual de Educação para a Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. O Projeto foi construído por meio de um processo participativo, envolvendo a Secretaria de Estado de Educação, sindicatos, pais e a comunidade escolar.

Foi por meio do processo da Constituinte que se iniciou a discussão para a elaboração do Plano Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. O Plano não foi concretizado nesse entretempo, ocasionando, assim, a interrupção do processo. Aranda (2004, p. 119) afirma:

> Faz-se importante relembrar que o Projeto Constituinte Escolar fundamenta-se na gestão democrática, cuja articulação se pretende na base da democracia participativa. Esta base

[5] O nome "Guaicuru" resgata o processo histórico da formação do povo sul-mato-grossense, por fazer referência aos grupos indígenas "que ocuparam e dominaram, com exclusividade, quase todo o território correspondente a Mato Grosso do Sul, dando origem à Nação Guaicuru" (MATO GROSSO DO SUL, 1999).

não deu conta de concretizar um projeto educacional, uma vez que este projeto educacional fica subjugado a um projeto de governo simplificado em um determinado partido político: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Durante o processo participativo da Constituinte, envolvendo vários segmentos da sociedade civil e sociedade política, foi elaborado o Caderno Temático nº. 2, intitulado Educação e Etnias Indígenas e Negros, como forma específica de orientar a reflexão e discussão dos professores do Estado.

Esse mesmo Caderno incluiu, especificamente, a temática Afro-Educação, e nele constava como a principal linha de ação: "Qualificar educadores para a superação de atitudes discriminatórias; produzir material de apoio para os professores" (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

De fato, sem querer me ater a discutir a coerência, ou a falta dela, no sentido do que foi pensado e desenvolvido durante esse governo, pode-se afirmar que, pelo menos no que diz respeito às intenções de elaborar o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul[6], foi produzido um documento que atribui importância à questão racial no ensino, demonstrando, assim, a incorporação da temática étnico-racial como preocupação desse Estado. No entanto, verifica-se que o PEE/MS não incorporou a questão étnico-racial, na primeira etapa da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil (MATO GROSSO DO SUL, 2004b).

Em síntese, o Plano Estadual de Educação, tal como foi concluído, configura-se como um marco importante para as políticas de educação inclusiva, especialmente pelas preocupações com a formação continuada dos professores.

1.2 Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial

O setor da "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial" foi denominado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, em 2000, como uma ação de "Combate ao Racismo", cujo principal objetivo era: elaborar e implementar uma política de combate ao racismo na educação, para a superação das desigualdades sociais e raciais em toda a Rede Estadual de Ensino (MATO GROSSO DO SUL, 2001)[7].

Uma das atribuições da "Gestão" consistia em: (a) capacitar e subsidiar os professores da Rede Estadual de Ensino para o desenvolvimento e aplicação da política de combate ao racismo e superação das desigualdades raciais (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

---

[6] O Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul foi aprovado pela Lei nº. 2.791, de 30 de dezembro de 2003 (MATO GROSSO DO SUL, 2004).

[7] As informações do setor da "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial", em relação as suas atribuições, ações realizadas, objetivos e conteúdos dos módulos do Curso de Capacitação de Capacitação de AWA DE! encontram-se em documentos dispersos, por vezes sem datação, o que dificulta o trabalho do pesquisador. O esforço de captura dessas fontes se ampara em Rodríguez (2004, p.5), quando assinala que "às vezes os pesquisadores têm que trabalhar com uma massa documental escassa e 'conformar-se' com o que conseguem.

Entre as atividades do setor de "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial", a que mais contribuiu para a investigação da pesquisa realizada foi a da capacitação de professores, tendo em vista a possibilitá-los a desconstruir o racismo ainda presente no interior da escola e dentro da sociedade. Ainda, neste âmbito, inclui-se a experiência de formação continuada aos Educadores por meio do Curso AWA DE!, direcionado aos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

1.3 O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE![8] iniciou sua atividade em 1999 e contava apenas com um único profissional para desenvolver um trabalho com os docentes, relacionado à temática racial. Chegou em 2006 com cinco profissionais. Inicialmente contou com a adesão de algumas escolas e/ou municípios do Estado, interessados em capacitar os seus educadores no que diz respeito à questão racial. A Secretaria de Educação ofereceu a capacitação, com uma ou mais edições do Curso AWA DE! em vários municípios[9]. Em Campo Grande (com 86 escolas estaduais) somente duas escolas estaduais solicitaram o Curso de Capacitação. Em síntese, o Curso ocorreu em seis municípios, o que foi um quantitativo pequeno para um Estado com 78 municípios.

O Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! teve como um dos principais objetivos: (a) formar professores sobre a questão racial (MATO GROSSO DO SUL, 2001). Tal objetivo evidenciou a intenção de capacitar os educadores da Rede Estadual de Ensino para terem um olhar atento às questões raciais e desenvolverem, em seus trabalhos didáticos, uma pedagogia que contemple o combate ao racismo e a qualquer tipo de prática discriminatória ao ser humano no ambiente escolar.

O AWA DE! foi coordenado e ministrado pela "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial". Na Escola **A** ocorreu de 2000 a 2002 e na Escola **B** no período de 2003-2005. Para a conclusão do Curso como forma de avaliação, os participantes deveriam elaborar projetos com a temática racial para serem desenvolvidos na escola, e encaminhá-los ao setor da "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial" da SED/MS, responsável pela operacionalização do Curso. Até o final desta pesquisa não se tem conhecimento da continuidade do Curso de Capacitação AWA DE!

---

[8] O Curso teve a carga horária de 60 horas e abordou o seguinte conteúdo programático: Idéias gerais sobre racismo no Brasil; Preconceito; Preconceito racial; Discriminação, discriminação racial; Minorias sociais; História do negro do período colonial; e Políticas públicas educacionais de ação afirmativa. O regime adotado foi o modular.

[9] Mundo Novo (com quatro escolas estaduais e prefeitura do Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido do Governo do Estado), São Gabriel D'Oeste (com quatro escolas estaduais), Costa Rica (com três escolas estaduais). Em Aquidauana (com 17 escolas estaduais) e Camapuã (com quatro escolas estaduais), o Curso foi desenvolvido em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, contando com a participação de professores não somente da Rede Estadual de Ensino, mas também da Rede Municipal, assim como de educadores de escolas particulares

1.4. A Materialização do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! Em duas Escolas Estaduais do Município de Campo Grande, MS.

Ao invés de buscar uma análise própria e única do tema, procurei compartilhá-la com a voz de seus principais protagonistas. As entrevistas[10] foram realizadas com o objetivo de conhecer os resultados do Curso de Capacitação, em termos de uma educação pedagógica voltada à diversidade étnico-racial. Em outras palavras, verificou como a temática desenvolvida no Curso se expressou na prática pedagógica, no cotidiano escolar, nos projetos postos em ação pelas escolas. Em última análise, quis encontrar elementos que evidenciassem as ações como política educacional, pois, segundo Azevedo (2004, p. 59),

> [...] não se pode esquecer que a escola e principalmente a sala de aula são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projetos ou modelo educativo que se tenta por em ação. O cotidiano escolar, portanto, representa o elo final de uma complexa cadeia que se monta para dar concretude a uma política – a uma *policy* – entendida aqui como um programa de ação.

Os relatos dos entrevistados evidenciaram a realização de um trabalho relacionado à diversidade étnico-racial na Escola **A.** O Diretor **A** e o Professor **A** mencionaram a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - SED/MS - ao fazerem referência ao desenvolvimento de projeto relacionado à questão racial em sua escola de atuação. Já a Coordenadora **A** mencionou a realização do projeto na Escola, e somente ela se referiu ao Curso de Capacitação oferecido aos professores.

Em relação aos entrevistados da Escola **B**, observa-se que o Diretor **B** explicitou o desenvolvimento do projeto voltado à questão racial na Escola, além do seu compromisso em dar continuidade ao trabalho iniciado, por intermédio de seus professores, em conformidade com a Lei de nº 10.639, que dispõe sobre a inclusão do ensino da História e Cultura da África.

> Nós já desenvolvemos essa idéia de trabalhar a questão étnico-racial. É nossa linha; os professores têm trabalhado isso sempre e baseado na Lei, Lei Federal que regulamenta esse conteúdo dentro das escolas. A gente pretende dar continuidade aos projetos que foram realizados aqui dentro (DIRETOR **B**).

O Coordenador **B** relatou:

> Desde o ano retrasado tivemos uma parceria com o pessoal da Secretaria de Estado de Educação. A Secretaria nos forneceu algumas palestras e também alguns professores nossos, durante este período, principalmente atendendo o dispositivo na Lei, têm desenvolvido este trabalho no decorrer de todo o ano. Inclusive foi feito no ano passado um projeto desenvolvido pelo Professor "M" e alguns professores; este projeto foi desenvolvido na sala de tecnologia.

A esse respeito, o Professor **B** afirmou: "Sim, nós desenvolvemos em vários anos consecutivos vários projetos relacionados à temática racial, tanto em sala de aula com as disciplinas, como também na sala de informática em forma de projeto".

---

[10] Ver as entrevistas na íntegra em BORGES, Benedita Marques. "Diversidade étnico-racial: a experiência de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2006). Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em educação, 2008.

Em relação à pergunta, cujo objetivo foi o de conhecer o que os entrevistados sabiam a respeito de quem apresentou o projeto na escola, a Diretora da Escola **A** respondeu, de forma sucinta: "A Secretaria de Educação, por meio da Igualdade Racial".[11]

A Coordenadora **A** afirmou que o Curso de Capacitação foi oferecido pela Secretaria de Educação a todos os professores. Assim, foi possível dotá-los de uma orientação a respeito de como poderiam desenvolver o trabalho sobre a diversidade étnico-racial no ambiente escolar.

O Professor **A** assinalou que a Secretaria de Estado de Educação, por meio da "Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial", propôs o projeto sobre a temática racial para a Escola desenvolver; uma equipe de professores elaborou o projeto da Escola, visando atender às necessidades da comunidade.

Dos entrevistados da Escola **B,** somente o Diretor afirmou que a SED/MS levou para a Escola a proposta do projeto voltado à temática racial. A maioria dos relatos dos entrevistados das Escolas **A** e **B** apontou para o fato de que a iniciativa de trabalhar a temática étnico-racial dentro da Escola partiu da SED/MS**.**

Um outro aspecto considerado na pesquisa diz respeito às ações relacionadas à questão étnico-racial, já em desenvolvimento nas Escolas **A** e **B.**

Evidenciou-se, pelas respostas dos entrevistados, que na Escola **B** havia trabalhos isolados, além de palestras promovidas pela Secretaria de Educação. Enfatizou-se a importância de realizar eventos não só no mês de novembro (quando se destaca a Consciência Negra), mas também em todo o ano letivo, com a possibilidade de haver uma culminância - uma feira da Cultura, promovida pela própria Escola.

Outro ponto a registrar, foi o relato dos entrevistados sobre a forma como perceberam ou avaliaram o projeto referente à temática "diversidade étnico-racial".

Não é fácil lidar com conhecimento novo, com conteúdo inovador, como, por exemplo, a questão racial, no fazer pedagógico de cada escola. Como relatou a Coordenadora **A,** "há dificuldade para desenvolver o projeto devido à rotatividade anual de professores nas escolas". Essa constatação é um indicativo de ausência, no Estado de Mato Grosso do Sul, de uma política de formação continuada para os professores da Rede Estadual de Ensino, que contemple a capacitação permanente de todos os docentes, visando ao desenvolvimento de um trabalho voltado à temática étnico-racial. Sabe-se que,

> [...] no estado de Mato Grosso do Sul, segundo a coordenadoria de formação Continuada da Secretaria de Estado de Educação, não há registros de implementação dessa política pública

[11] Igualdade Racial, na fala citada, refere-se ao setor denominado Gestão de Processos em Educação para a Igualdade Racial, responsável pelas capacitações na SED/MS.

> de formação continuada de professores e tampouco existe uma perspectiva de quando ela será implantada (ALAMINI, 2006, p.42).

O Coordenador **B** destacou que o projeto voltado à questão racial na escola precisa ter profundidade, que há necessidade de realizar um trabalho mais consistente e amplo no que se refere à História da população negra e à cultura afro-brasileira.

As falas dos entrevistados sobre como perceberam ou avaliaram o Projeto referente à temática diversidade étnico-racial mostraram que as escolas foram receptivas a esse trabalho. A Escola **B** foi além da questão do negro na temática étnico-racial, enfatizando a questão do índio, reconhecendo a importância desses povos.

O Curso de Capacitação AWA DE! abordou, dentre outros conteúdos, os conceitos de racismo, discriminação e preconceito. Assim, foi perguntado aos entrevistados sobre as suas concepções em relação a cada um desses conceitos.

A Diretora da Escola **A** assim definiu o racismo: "Racismo é a pessoa, é discriminar, olhar, assim, olhar diferente, acho assim, porque é negro é menos do que o outro...". Em outras palavras, a Diretora **A** acentuou que racismo é colocar o negro em condição inferior às pessoas não negras.

Na visão do Professor **A,** o racismo existe no mundo e em especial no Brasil. O professor ainda aponta formas de combate ao racismo a partir de ações na família, além de ações advindas dos meios de comunicação. O trabalho de combate ao racismo na escola é fundamental, porque possibilita, tanto ao professor como ao aluno, refletir sobre essa questão.

Gomes (2003, p. 143) destaca a importância da compreensão desse conceito:

> O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os (as) educadores (as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores.

É bem verdade que o racismo manifestado no Brasil trouxe e traz conseqüências negativas. Prova disso é que a população negra continua ocupando poucos espaços de prestígio dentro da sociedade.

No que se refere à concepção de discriminação os entrevistados ressaltaram que a discriminação faz com que determinado segmento social fique excluído de alguma participação dentro da sociedade, por exemplo, no mercado de trabalho, um espaço em que a população negra ocupa, geralmente, função de serviços subalternos e de inferioridade. Rocha (2005, p. 202) ressalta que:

> A sociedade brasileira foi marcada desde o início, na sua constituição, por elementos étnicos diferentes. Negros e índios foram marcados com o estigma da inferioridade. 504 anos depois, a situação se perpetua: exclusão de melhores empregos, salários, processo educacional e qualidade de vida.

O racismo e a discriminação manifestam-se de forma velada, acentuadamente, dentro da sociedade, evidenciando a falta de oportunidade para a população negra inserir-se no mercado de trabalho, implicando, assim, práticas discriminatórias dentro da escola e, conseqüentemente, acentuando a disparidade social e econômica.

As falas dos entrevistados, sobre o preconceito, da Escola **A** apontaram para o fato de que o preconceito está presente na sociedade, e que se trata de um pré-julgamento que as pessoas fazem umas das outras, sem conhecerem o que realmente são. Ressaltaram, ainda, que o preconceito se confunde com racismo, apontando o preconceito como uma idéia de fundo estritamente cultural.

Os relatos dos entrevistados da Escola **B** permitem relacionar o preconceito à questão da diferença.

> Pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si, é, antes, entender que, ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão (GOMES, 2003, p. 161).

As concepções sobre preconceito, explicitadas pelos Diretores, Professores e Coordenadores pedagógicos, tanto da Escola **A**, quanto da Escola **B**, evidenciaram que o preconceito é algo prejudicial, pois quando não se tem conhecimento da causa em questão, muitas vezes se tomam atitudes inadequadas no trato com as pessoas. Seus relatos mostraram a necessidade de uma formação de professores que contemple o trabalho pedagógico no cotidiano escolar, explicitando as noções de racismo, preconceito e discriminação, como meio de desconstruir atitudes e práticas inadequadas em relação ao ser humano.

Convém chamar a atenção para as considerações dos sujeitos desta pesquisa sobre como essas concepções se manifestam, na prática, nas atitudes do cotidiano. Assim se referem os docentes das Escolas **A** e **B**:

> Às vezes, a gente, como professor, a gente tem que ficar atento; às vezes, essas manifestações acontecem até na atitude que a gente tem com relação aos colegas, com aos alunos e na atitude que a gente vê também que os colegas têm com relação aos alunos e com eles próprios; é eu diria assim, que os próprios alunos, às vezes, eles trabalham essa questão racial, essa questão de preconceito, entre eles próprios, e nós, como educadores, como professores, a gente tem que estar atento com relação a isso. Então, na escola, o professor tem que estar ligado, fazer que nem o outro, 24 horas ou tempo todo que está ali, pra que esses fatos preconceituosos, como apelido pejorativo, nomes pejorativos, não aconteçam dentro de sua aula, ou dentro da escola, ou dentro do ambiente, ele tem que trabalhar isso, valorizar a pessoa humana como pessoa, seja ela negra ou branca ou outro (PROFESSOR **A**).
>
> Dentro da sala de aula, hoje, a gente vê que não acontece mais essa discriminação; não há essa discriminação em si, a coisa é ainda meio velada que se tem; mas já acabou muito, anteriormente tinha até uma grande discriminação, mas, hoje, há uma aceitação. Mas, questão de concepção, muitos alunos, eles não conseguem ainda diferenciar a questão de preconceito e questão da discriminação, se eles propriamente fazem. Ainda ocorrem algumas piadinhas, que estão embutidas o preconceito, aquela falta de respeito, mas é uma coisa que se amenizou bastante, hoje, dentro da escola (PROFESSOR **B**).

O Professor **A** chamou a atenção para o fato de que os educadores devem participar de uma nova ação pedagógica para contemplar a valorização do ser humano. Quando ocorrem em sala de aula ou na escola formas de preconceito, ele precisa ter o olhar atento para poder intervir em determinadas práticas discriminatórias.

Já o Professor **B** relatou que, a partir do momento que começou a existir um trabalho na Escola contra o preconceito, a discriminação diminuiu naquele local, mas, mesmo assim, em relação aos conceitos, estes precisam ser mais bem trabalhados, para que os alunos que demonstram atitudes discriminatórias possam ser conscientizados de que é uma demonstração de falta de respeito às pessoas. E nos relatos dos Diretores das Escolas **A** e **B** estão evidentes as formas de preconceito e discriminação que acontecem no ambiente escolar.

> Manifestam nas atitudes, a gente percebe, assim, quando chega uma pessoa na escola, vai falar, por exemplo, com o secretário, com o diretor; geralmente se a pessoa está vestida, assim, com mais simplicidade ou quando é negro que está ali atendendo, a pessoa já acha assim, que ele não é; nunca vai naquela pessoa pra falar com ela como se fosse o diretor ou o secretário já, assim, procura outra pessoa. (DIRETORA **A**).
> A atitude do educador, professor, que eles se manifestam na atitude do professor, manifestam na atitude do aluno, um com outro; quando há, ele isola outro, quando faz trabalho em equipe ele acha que o outro é mais bobo do que ele, que ele é mais inteligente, é mais bonito, pela cor dos olhos (DIRETOR **B).**

O relato da Diretora **A** mostrou que atitudes relacionadas ao preconceito e à discriminação manifestam-se quando, por exemplo, as pessoas constatam que negros vêm ocupando posição no mercado de trabalho de maior valorização social. Evidencia-se, assim, o preconceito e a discriminação dentro de uma sociedade em que a população negra aparece nas estatísticas oficiais em posição inferior. Bianchetti (1999, p. 91) menciona que, nesse caso, "as causas das desigualdades são atribuídas à sorte e não às condições estruturais da sociedade, que surgem do modo de produção capitalista".

O Diretor **B** relatou que a forma de preconceito se manifesta tanto nas atitudes dos professores quanto nas dos alunos, e que as pessoas, de modo geral, têm dificuldades para reverter à situação dada/posta em questão. Cabe trazer aqui a reflexão de Gomes (2003, p. 160), que afirma:

> É fato que nem a escola, nem os centros de formação de professores inventaram, sozinhos, os diversos preconceitos e estereótipos. Isso não os isenta, porém, da necessidade de assumirem um posicionamento contra toda e qualquer forma de discriminação. Esse posicionamento deveria levar-nos a questionar, problematizar e superar tais estereótipos e preconceitos.

Em relação a Lei Federal 10.639/09/01/2003, os entrevistados foram unânimes ao enfatizar o aspecto legal para se trabalhar e estudar conteúdos a respeito da história e da cultura da população negra, como mecanismo de fortalecer a discussão, com base em fatos históricos e culturais, sobre a questão da promoção da igualdade racial na sociedade.

Sobre as dificuldades e as resistências que enfrentaram nas escolas ao desenvolverem o projeto relacionado à questão étnico-racial. O Professor **A** destacou que alguns docentes

desenvolvem a temática racial na escola por se tratar de um projeto da escola contra o racismo a ser cumprido, e enfatiza a falta de aceitação para o seu desenvolvimento.

Os Diretores **A** e **B** enfrentaram desafios para desenvolver trabalhos voltados à temática racial na escola. Dentre esses, destacam-se a resistência de alguns professores e as dificuldades para concretizar, na prática pedagógica, temas que não estão contemplados, especificamente, nos eixos temáticos de cada disciplina, como, por exemplo, o combate ao racismo na escola. Mas, como ressalta Gomes (2003 p. 141): [...] poderemos construir coletivamente novas formas de convivência e de respeito entre professores, alunos e comunidade.

O Coordenador Pedagógico **B** destacou a falta de tempo na escola para trabalhar a temática racial, além do possível comprometimento da carga horária, mas, enfatiza que o tempo é usado para outras coisas, o que evidencia a falta de estudo da questão racial que ainda não é priorizado pelas escolas. Essa é uma observação feita também por Lopes (2003, p. 186), quando afirma: "forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pistas pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem". Conforme Pinto (1987, p. 4), "esta lacuna também explica, pelo menos parcialmente, a ausência quase que absoluta de informações, discussões ou mesmo uma simples referência sobre as especificidades raciais nos diagnósticos educacionais".

De modo geral, os depoimentos dos entrevistados da Escola **A** evidenciaram que o projeto sobre a questão racial foi importante e que é preciso socializar o conhecimento produzido com os demais segmentos da Escola.

A formação de professores possibilita um olhar atento para o processo de desconstrução de valores impingidos aos grupos denominados minorias sociais (como o negro, o índio e outros), que não são respeitados e que sofrem com o preconceito e discriminação em vários espaços sociais. A capacitação dos docentes não se resume somente ao ato de aperfeiçoar suas práticas educativas para ensinar a ler, escrever, calcular e, ainda, pensar logicamente. Ela vai, além disso, uma vez que é dada ao professor a liberdade de desempenhar seu papel como agente de mudanças.

Para que isso aconteça, é preciso conceber a escola como um espaço democrático de tomadas de decisões e também buscar uma formação continuada dos professores, que possa enfatizar e refletir sobre uma educação para todos, contra a discriminação racial, preconceito racial e racismo, bem como há necessidade de políticas de caráter permanente e contínuo para enfrentar essa discussão.

Considerações Finais

A pesquisa que resultou, na dissertação de mestrado, revelou por meio da materialização do Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! e dos dados levantados e expostos, que as

Escolas **A** e **B** elaboraram e desenvolveram o projeto sobre a questão racial. A Escola **A** contou, também, com o incentivo da própria comunidade, evidenciando a necessidade de desenvolver, mais acentuadamente, um trabalho voltado à temática racial.

Na Escola **A**, a direção procurou reunir os professores e a comunidade escolar solicitando-lhes o empenho para o trabalho direcionado à temática racial. Com o apoio da coordenação pedagógica, incentivou o estudo da questão do negro, visando a buscar maior conhecimento de sua história e para promover o respeito às diferenças de cada população. Na Escola **B** o Diretor procurou incentivar os docentes, para o desenvolvimento de projetos relacionados com a temática racial com os alunos.

Para incluir a questão racial na prática pedagógica dos professores, é preciso criar condições e mecanismos que favoreçam e garantam ações inovadoras nas escolas, visando promover o direito à igualdade a todos àqueles que vivem excluídos da sociedade, sem oportunidade de ocupar nos espaços sociais um trabalho ou posição de maior valorização profissional.

De modo geral, em relação à questão da diversidade étnico-racial, o Curso de Capacitação de Educadores AWA DE! possibilitou aos participantes das duas escolas uma nova reflexão em seu cotidiano escolar.

Pode-se dizer que a temática racial continuou sendo "marginal" nas políticas de governo. Na verdade, não chegou a se constituir uma política de governo, no sentido de implementar projetos articulados, envolvendo as diferentes Secretarias de Estado ou o poder público e os movimentos sociais, assim como ações, de forma contínua, de combate à discriminação, ao preconceito e ao racismo no interior da escola. Sendo assim, caracterizou-se como uma intenção do governo estadual de MS.

O trabalho voltado à questão racial revelou-se uma experiência "tímida" de formação continuada de professores, pois o governo, de fato, não a assumiu, pois ofereceu o Curso a um número pequeno de municípios e escolas e sequer estendeu-o para o conjunto das escolas estaduais do município de Campo Grande, capital do Estado.

Em relação à concepção dos professores, diretores e coordenadores sobre preconceito, racismo e discriminação, foi possível verificar que os sujeitos da pesquisa, tanto da Escola **A** como da Escola **B**, manifestaram o entendimento de que o racismo existe dentro da sociedade e que práticas discriminatórias podem ser identificadas no cotidiano escolar. Por isso, é preciso implementar um trabalho mais fundamentado/consistente com os docentes e discentes, para que as diferenças culturais da população negra e dos demais excluídos dos espaços sociais sejam respeitadas e valorizadas.

O Curso de Capacitação de Educadores denominado AWA DE!, com carga horária de 60 horas, foi efetivado nas duas escolas da Rede Estadual de Ensino em Campo Grande Ambas desenvolveram projetos, apresentações e feiras culturais relacionados com a temática racial. No entanto, as escolas não incorporaram a questão racial de forma sistemática, de modo a inseri-la no Projeto Pedagógico, o que pode ser evidenciado, principalmente, pela preocupação dos entrevistados quanto à carga horária e aos conteúdos a serem ministrados em cada disciplina.

Assim sendo, considero que é preciso enfrentar problemas como o preconceito, o racismo e a discriminação, os quais ainda estão fortemente enraizados no sistema educacional e, portanto, presentes na sociedade contraditória e conflituosa. Para tanto, é fundamental elaborar estratégias no interior das escolas, que possibilitem aos educadores perceberem a importância de trabalhar temáticas que valorizem as pessoas discriminadas da sociedade.

Acredito que uma política de formação de professores voltada à questão étnico-racial, de caráter contínuo e permanente, possibilitaria a abertura de novos caminhos para os educadores em sua prática educativa, para que possam romper/superar suas limitações, construindo seus próprios conhecimentos, por meio da ação e reflexão sobre o seu cotidiano escolar, visando à constante inovação no seu trabalho pedagógico, em direção à igualdade social entre as pessoas e respeitando as diferenças de cada um (a).

Referências

ALAMINI, Nesio. **Formação Continuada de Professores em Serviço:** uma Experiência em que "A Universidade foi à Escola". 2004. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação). UCDB, Campo Grande **2006.**

ARANDA, Maria Alice de Miranda. **A Constituinte Escolar da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação Como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

BORGES, Benedita Marques. "**Diversidade étnico-racial**: a experiência de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2006). Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em educação, 2008.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 1996**. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. MEC/SEF, 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais**. "Pluralidade Cultural e Orientação Sexual". Vol. N. 10.** Brasília, DF. MEC/SEF, 1997.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC. Brasília, 2004b.

GOMES, Nilma Lino. Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 159 -167.

LOPES, José de Sousa Miguel. A formação intercultural dos professores. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.). **Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p.169 -184.

MATO GROSSO DO SUL. **Cadernos da Escola Guaicuru** (Série fundamentos político-pedagógicos), 1999.

_____. Educação e Etnias Indígenas e Negros, nº 2. Caderno Temático da Constituinte Escolar Construindo a Escola Cidadã. Escola Guaicuru. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Educação, **Documentos da Coordenadoria de Políticas Específicas** (2001). Mímeo.

_____. Secretaria de Estado de Educação, **Documentos da Coordenadoria de Políticas Específicas** (2003). Mímeo.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer Orientativo 131/2005** para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2005.

_____. Lei nº 2.791, de 30 de dezembro de 2003. Aprova o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande, 2004.

_____. **Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense.** Mato Grosso do Sul: 2005. (Caderno de Diálogos Pedagógicos).

MORAES, Vanda. **Tia Eva, Negraeva** – História da Comunidade São Benedito. Campo Grande: Diogo Gráfica e Editora, 2003.

PINTO, Regina Pahim. A Educação do Negro: Uma Revisão da Bibliografia. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, Número Especial: 63, nov. 1987.

ROCHA, Lauro Cornélio. A Formação de Educadores (as) na Perspectiva Etno-racial na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (2001 – 2004). In: ROMÃO, Jeruse & Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Org). **História da Educação do Negro e Outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 201 – 218.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A Pesquisa Documental e o estudo Histórico das Políticas educacionais**. Campo Grande, UCDB, 2004.